

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Jorge Luis Cammarano González¹

Resumo: Este estudo pretende refletir e interpretar os nexos processuais entre trabalho, educação e os denominados novos paradigmas que perpassam o mundo do Capital. Inclino-me a pensar que o capitalismo representa um modo historicamente específico dos homens produzirem a vida em sociedade, cuja dimensão fundante incide na relação Capital – Trabalho Assalariado e cujo processo de reprodução social tem no complexo Educação uma de suas expressões predominantes. Em outros termos, a Educação, subsumida aos processos de acumulação, ampliação e reprodução do Capital, cria e recria valores, conhecimentos, qualificações – enraizadas nas articulações da relação social fundamental Capital – Trabalho Assalariado, que objetivam e, parcialmente, autonomizam as dimensões históricas da práxis humana essencial: o processo do trabalho. Nos desdobramentos deste escrito, trabalho, educação, novos paradigmas e capital ora tornam-se relativamente específicos, ora confundem-se e fundem-se por constituírem expressões múltiplas de um processo histórico que gravita demarcado pela crise do fordismo e a emergência de um novo padrão de acumulação capitalista denominado de integrado-flexível.

Trabalho e Educação como expressões históricas da vida em sociedade

O TEXTO aqui apresentado pretende refletir e interpretar os nexos processuais entre trabalho, educação e os denominados novos paradigmas que perpassam o mundo do Capital.

1. Dr. em Educação pela UNICAMP. Professor do programa de Mestrado em Educação da UNISO.

Refletir e interpretar expressam ações que se movem referenciadas numa concepção filosófica e, neste caso particular, as derivações teóricas de minha análise, suas premissas, sua dimensão histórica, convergem para o marxismo e, especificamente, para a produção teórica de Marx.

Cabe observar que a produção teórica de Marx encontra-se submetida, contemporaneamente, a uma série de análises que a fragmentam e descaracterizam. Em outras palavras, subtraem-lhe seu conteúdo essencial, radical.

A reflexão marxiana sobre a produção da vida material dos homens em sociedade tem seu núcleo fundamental na abolição e na superação da formação social capitalista. Entretanto, são inúmeras as interpretações empenhadas em reduzi-la, ora a uma concepção sociológica, ora a um determinismo econômico, ou ainda a uma questão metodológica. Aqui corre-se o risco de cairmos em dupla tentação: por um lado transformá-la numa questão pedagógica e, por outro, incorporá-la como um paradigma; um modelo.

Na busca de evitar essas tentações, inclino-me a pensar que o capitalismo representa um modo historicamente específico dos homens produzirem a vida em sociedade. E que contém sua gênese histórica marcada pelo processo de transformação da capacidade humana de trabalho em mercadoria. Acrescente-se que essa mercadoria possui valor de uso que alimenta as possibilidades de acumulação, ampliação e reprodução da riqueza socialmente produzida.

Por sua vez, a educação, subsumida aos processos de acumulação, ampliação e reprodução do capital, cria e recria valores, conhecimentos, qualificações, habilidades – enraizadas na relação social fundamental capital – trabalho assalariado, que objetivam as dimensões históricas da práxis humana essencial: o processo de trabalho.

Para compreender, criticar e problematizar as relações entre trabalho, educação e novos paradigmas no mundo do Capital, devemos apreendê-las como expressões da vida em sociedade.

A apropriação do sentido, da razão-de-ser histórica dessas relações articula-se à necessidade de refletirmos a respeito da concepção marxiana como uma filosofia radical. E radical aqui significa a busca das raízes, das relações causais, enfim, da gênese e dos desdobramentos intrínsecos à formação social capitalista. Note-se que a dimensão filosófica traduz, neste universo, três questões básicas que não constituem privilégio do marxismo como concepção filosófica, mas que perpassam a própria história da filosofia. Estas três questões básicas são: como agir? de que maneira viver? como devemos pensar?

As possibilidades intrínsecas a estas indagações enraizam-se na tensão entre o ser e o dever-ser, ou ainda, entre o que é ou está sendo e o que poderia ser ou deveria ser, mas não é. Esta tensão caracteriza as várias concepções filosóficas (e pedagógicas) criadas como expressões históricas de produção da existência humana. E traduz a alternativa de conservar ou superar as formas vigentes de pensar, agir e viver.

Marx vasculhou essas possibilidades. Assim, sua compreensão do caráter contraditório da realidade e a necessidade de remover com um ato prático, revolucionário, o mundo desumano, alienado e alienante, desigual e estranho, produzido pelos homens

personificados nas classes sociais, engendrados e educados nas relações entre capital e trabalho assalariado, inserem e comprometem toda a sua prática e a prática de pensar a prática na tensão dialética-revolução.

Porém, ao enfatizarmos a produção teórica de Marx, tornando-a referência essencial numa temática voltada para a relação entre trabalho, educação e novos paradigmas no mundo do capital, não estaríamos envolvidos com a problematização de uma vertente teórica desatualizada, ultrapassada? Marx não representa um contundente fracasso, considerando que suas análises e previsões foram sepultadas com as alterações e mudanças ocorridas nos países do leste europeu? Enfim, não estaríamos testemunhando (junto com o fim da história) a morte do marxismo? E, assim sendo, não deveríamos abdicar do marxismo e buscar em novos paradigmas as respostas para esta realidade informatizada, flexibilizada e globalizada?

Este é o desafio que devemos assumir, e é disto que se trata neste escrito: contrapor, vasculhar, tensionar os processos que demarcam a temática escolhida: educação, trabalho e novos paradigmas no mundo do capital. este esforço transita nos limites que denunciam ou renunciam, movem-se ou imobilizam-se, transformam ou preservam os processos de dominação política, de exploração econômica e de convencimento pedagógico encetados pelo capital sobre aqueles que vivemos confinados à exclusão e à inclusão alimentada pela transformação de suas vidas em mercadoria.

Reafirmo que a proposta de exposição apresentada tende a problematizar os seguintes aspectos: trabalho; educação; novos paradigmas; capital. Assim, o trabalho é compreendido como processo que constitui a raiz da produção da vida em sociedade, contendo a atividade humana (práxis) vital, fundando a razão essencial do ser-homem. Já a educação é apreendida como prática social dirigida pelos setores dominantes da sociedade capitalista – através do convencimento e da coerção ou, em contrapartida, considerada na perspectiva de um processo subjetivo de objetivação das possibilidades de superação e transformação dos processos de dominação burgueses.

Saliento que, ao nos defrontarmos com a questão dos paradigmas, vislumbramos um traço presente na produção acadêmica contemporânea: fragmenta a realidade, enclausura-se nas especializações e alimenta os subjetivismos dos mais variados matices, para então declarar, diante da complexidade do real: é impossível buscar respostas nos denominados modelos teóricos da modernidade. Em outras palavras, presenciamos uma suposta crise de paradigmas que, em virtude de suas limitações explicativas, deveriam ser prontamente superados e substituídos pelas proposições da sociedade pós-industrial e pós-classista, num contexto demarcado pelo surgimento do cognitariado, pelo fim do proletariado e subjacente a este processo, pelo fim das classes sociais.

Não é o principal motivo deste escrito, mas caberia perguntar, do ponto de vista histórico-epistemológico, em que contexto social foi possível para a humanidade, representada por “seus Intelectuais”, criar um paradigma científico absoluto, capaz de explicar a causalidade, as gêneses e as múltiplas determinações da complexidade do real, ou ainda, de sua totalidade? Entretanto, é inegável que são inúmeros os esforços concentrados na absolutização do conhecimento, anunciando não apenas o esgotamento teórico e a superação de outras concepções vigentes, mas o esgotamento das próprias formas de sociabilidade humanamente criadas. Bastaria pensar nos vários momentos

em que a razão burguesa decretou e absolutizou o fim da história (Hegel; Comte; Fukuyama). E, em contrapartida, seria importante observar, pesquisar, refletir, sobre a possibilidade do mundo do Capital, ter retirado de cena os agentes e instrumentos de dominação alienação, coisificação, exploração e exclusão social, transformando a sociedade do conhecimento, no plano da equidade entre os possuidores do capital intelectual, por exemplo.

Estas observações, certamente, não eliminam o problema, apenas buscam dimensionar sua complexidade que, em última análise, envereda nos caminhos e descaminhos da razão e da sua negação. Entretanto, minha proposta é que o capital (processo histórico/relação social) constitua o ponto de partida e o ponto de chegada deste escrito, mas sem pretender traçar um círculo ou qualquer outra figura geométrica que formalize e esvazie o espaço histórico da vida. E isto porque considero que o esforço para transcender os limites históricos do capital (a emancipação política) exige a universalização de interesses, carecimentos e práticas sociais que, neste momento específico, transcendem o limite da produção denominada acadêmica.

Com a finalidade de esclarecer meu propósito abordo, referenciado em Marx, alguns traços essenciais do capital e seus desdobramentos.

Da formação histórica do Capital

A primeira observação incide na compreensão do capitalismo como processo cuja origem e desdobramentos são, essencialmente, históricos. Assim, trata-se, preliminarmente, de caracterizar os principais traços constitutivos desse modo específico de produzir a vida em sociedade.

Um caráter predominante e determinante do capitalismo é a produção de mercadorias. E o que é mercadoria? Mercadoria é algo que contém valor. E que contém valor em duas dimensões. Uma é o seu valor de uso, ou sua dimensão em atender uma necessidade humana. Necessito, por exemplo, de uma calça, de um par de sapatos, de um livro, de um quilo de arroz. A outra dimensão do valor de uma mercadoria – no contexto da sociedade capitalista – corresponde ao que preciso pagar por ela, isto é, seu valor troca. Por exemplo, o uso da calça requer desembolsar certa quantia em reais, correspondente ao valor de troca, na trama das relações sociais, desse valor de uso.

Assim, destaco que a origem do capitalismo relaciona-se com a possibilidade de encontrar uma mercadoria que possa produzir mais valor do que aquele gasto em sua compra. É nesta condição histórica que reside a origem da riqueza e, em contrapartida, o crescimento da pobreza. E pergunto: qual é a mercadoria (disponível em abundância no mercado) capaz de ser usada de maneira a produzir mais valores do que o valor gasto em sua compra?

Esta mercadoria é a força de trabalho humana. A força de trabalho de milhares de seres que, por exemplo, na Inglaterra nos séculos XVII, XVIII, foram expulsos da terra – perdendo seu objeto e seus instrumentos de trabalho – e lançados nas incipientes regiões da industrialização e concentração urbana, tornando-se o agente social fundamental, que alimenta a consolidação da Revolução Industrial e potencializa, internacionalmente, o capitalismo inglês.

A força de trabalho transformada em mercadoria (valor de uso) receberá em troca pela exploração de sua atividade: o salário (talvez mínimo). Com este salário, o trabalhador busca adquirir as mercadorias necessárias à sua sobrevivência. Ou seja, suas condições de vida refletirão o quanto de bens produzidos obtém com seu salário. Em contrapartida, a exploração de sua capacidade de trabalho cria outro aspecto determinante na formação social capitalista: o lucro.

De que maneira ocorre a formação do lucro?

O lucro forma-se, historicamente, a partir da relação entre o trabalho excedente (o tempo em que o trabalhador produz, mas pelo qual não recebe) e o trabalho necessário (aquele que corresponderia à obtenção dos bens e condições necessárias à sua sobrevivência).

Em sua origem, o capitalismo busca no aumento da jornada de trabalho (dez, doze, dezesseis horas), a possibilidade de consolidar e aumentar a riqueza socialmente produzida. Trata-se em suma, de prolongar (absolutizar) o tempo de trabalho excedente, mantendo em níveis mínimos de sobrevivência as condições decorrentes do tempo de trabalho socialmente necessário.

Contemporaneamente, outra possibilidade de aumentar a taxa de lucro ocorre quando os avanços e as inovações tecnológicas implicam a redução do tempo socialmente necessário (note-se a possibilidade de o Capital manter e alimentar as duas formas históricas de extração de mais-valia).

Enfim, o lucro (ou mais-valia) é trabalho não pago. É tempo de trabalho que o trabalhador entrega gratuitamente os capitalistas, depois de haver trabalhado o suficiente para reproduzir o valor de sua força de trabalho.

Este processo ganhou feições nítidas na Inglaterra (séculos XVIII e XIX). A estrutura social transforma-se. Seus sujeitos históricos vestem a condição de proprietários dos instrumentos das condições e dos objetivos de trabalho (a burguesia) e de proprietários da capacidade de trabalho (o proletariado). O cenário histórico funda-se na concentração urbana e fabril, acodem ao mercado crianças e mulheres, agravando o processo de desqualificação e achatamento de custo médio da força de trabalho. Alastram-se as condições precárias da vida. Deterioram-se as relações sociais, a prática social politiza-se, polariza no tensionamento capital – trabalho assalariado.

Marx, ao analisar a formação da sociedade de capitalista do seu tempo, observa que o operário produz riqueza e se empobrece; se transforma em mercadoria e produz mais mercadorias, se desvaloriza e em contrapartida valoriza o mundo das coisas (Manuscritos de 1844).

Mas, para Marx, não é suficiente verificar essa situação. Trata-se de indagar: de que maneira nesse processo separam-se trabalho e capital?

Marx formula parte da resposta a essa indagação ao expor sua compreensão de processo de trabalho na sociedade capitalista. Para o referido autor, o trabalho em seus desdobramentos produz mercadorias, produz a si mesmo (ou produz as condições para continuar existindo) e produz ao operário como mercadoria. Neste processo o operário submete-se a uma dupla servidão. De um lado, só terá condições de existir enquanto operário se conseguir algo em que trabalhar. Por outro lado, torna-se dependente das

mercadorias que não produz, mas que precisa adquirir (comprar com seu salário) para satisfazer suas necessidades e condições históricas objetivas.

A análise do processo de trabalho evidencia outro problema inerente à formação social capitalista: o da alienação humana. Na compreensão de Marx, o processo de alienação do operário como sujeito produtor da riqueza, na sociedade capitalista, ocorre em dois aspectos. Um dos aspectos da alienação do operário é a relação com os produtos do seu trabalho. O produto do trabalho – e também as condições de trabalho – não pertence ao trabalhador, pertence aos setores que detêm a propriedade privada sobre os meios e as condições de produzir e reproduzir a vida social. O outro aspecto manifesta-se não apenas no resultado, mas também no ato da produção, na própria atividade produtiva. Nesta, o conhecimento de produtor direto fragmenta-se, especializa-se, perde o sentido do processo interno (e externo ao mundo da fábrica e da vida). E o trabalhador, despersonaliza-se, desqualifica-se, transforma-se em acessório da máquina.

Marx questiona: a quem pertencem o objeto, o produto e o trabalho? A um outro homem, ao capitalista, ao detentor da propriedade privada sobre as condições de produção de mercadorias. Isto é, um homem que não é o operário, mas que objetiva, praticamente, em sua relação com aquele, os meios de explorar e se apropriar de tudo aquilo que não produz.

Para Marx, conforme suas investigações da relação trabalho – capital, a efetivação da exploração, apropriação e dominação fundamenta-se na propriedade privada. E esta representa, historicamente, determinado processo de divisão e organização social do trabalho. Estas condições sobre as quais se assenta a formação social burguesa geram, segundo Marx, uma contradição fundamental entre capital e trabalho assalariado. Intrínseco a esse processo, o capital (trabalho acumulado) tenta ampliar seus interesses, aprofunda o processo de acumulação, busca formas de intensificar e alargar sua reprodução, de criar outros meios de lucro e de subordinação de outros processos de produção, circulação, etc. Em outras palavras, o capital tende a constituir-se em riqueza e a universalizar-se.

O trabalho torna-se momento do capital, seu custo, sua exigência, subordina-se ao desenvolvimento do Capital. Para Marx, as condições históricas geradoras desta existência antagônica entre Capital (burguesia) e trabalho (proletariado) possibilitam a destruição de ambos e sua superação.

Entretanto, no contexto dos denominados novos paradigmas, deparamo-nos com um universo teórico que reivindica a crise da sociedade do trabalho e o fim deste enquanto categoria central da investigação das formas de sociabilidade contemporâneas. E isto sem deixar de observar que uma breve incursão na produção teórica burguesa permitiria visualizar que o trabalho foi incorporado reiteradamente na condição de processo (conceito-categoria) explicativo da formação do homem na sociedade burguesa. Retemos esta afirmação para as concepções, por exemplo, de Locke, Hegel ou Weber. Assim, esquematicamente, para Locke, o trabalho constitui o elemento fundente da propriedade privada sobre a qual se concentram as relações contratuais (individuais – sociedade) e a própria razão-de-ser do Estado (liberal). Hegel situa o trabalho no aspecto da sociedade (civil) constituída pelas corporações, pelos carecimentos e inte-

resses particulares, alienados e manifestos em contraposição ao plano de conciliação dos interesses sociais universais: Estado (sociedade política). Weber, por sua vez, recorre ao trabalho, imputando-lhe o estatuto do princípio ético (religioso) norteador da racionalidade intrínseca às ações sociais.

Por sua vez, os argumentos acenados pelos postulantes à crise da sociedade do trabalho e ao fim da centralidade deste como categoria explicativa das formações sociais contemporâneas, basicamente concentram-se: nas mudanças no conteúdo do trabalho, que passa a ser crescentemente intelectual; num mundo onde aumenta a importância da informação, apreendida como trabalho imaterial em contraposição ao trabalho material, expressão das atividades voltadas para a transformação da natureza, na conformação da identidade individual e coletiva que assume outros espaços, instâncias e contornos que secundarizam e/ou desconsideram o papel do trabalho nesses processos; na descaracterização do trabalho como premissa da análise teórica fundada na busca de alternativas políticas para a transformação social.

No cenário destas teorias, a crítica endereçada a Marx (Konig, por exemplo) assinala dois aspectos que considero importantes. O primeiro recai na existência de um paradigma criado e alimentado por Marx: o "paradigma de interesses", constituído a partir da economia política e da filosofia social burguesa. Para Konig (1994, p.157), esse paradigma de interesses (racionais e econômicos) gerou dúvidas nas fileiras socialistas, alimentadas por dois acontecimentos: a desilusão com a revolução que não veio e o processo de aceitação e integração de proletariado europeu às formas societárias burguesas. Enfim, a crítica mais contundente endereçada à teoria marxiana é a de sua fragilidade e incorreção ao apreender o trabalho como práxis que contém elementos fundamentais para a transformação revolucionária da formação social capitalista. Esta observação exige retornar à concepção marxiana de trabalho para destacar em oposição aos argumentos que referenciam a inoperância teórico-analítica da categoria trabalho. E isto para evidenciar em oposição aos argumentos de Konig e seus seguidores que torna-se necessário, imprescindível, empreender a análise de trabalho para além de sua aparência empírica, isto é, qualificação, emprego, habilidade, etc. Saliento que este esforço também significa superar a fixação da análise em aspectos que envolvem a sociologia do trabalho, a psicologia do trabalho, a economia do trabalho, e, em nosso caso, o tensionamento: educação-trabalho.

Referenciado em Kosik (1976) acrescento que não se trata de alimentar a aparência empírica mas de desvendá-la. Nem tampouco de limitar este problema aos reducionismos teóricos da sociologia, da economia, da pedagogia. O problema é: *o que é o trabalho?*

Esta indagação requer uma investigação que responda *que é o homem*. E, em seus desdobramentos, *qual é o ser do homem*. Em outras palavras, uma investigação que responda qual é a dimensão ontológica do ser-homem.

Para Kosik, as concepções de Marx, caracterizam o problema ontológico do homem, ou uma ontologia do homem. E a concepção marxiana possibilita a compreensão dos seguintes aspectos vitais para a reflexão correspondente às relações entre trabalho, educação e novos paradigmas no mundo do capital: o trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade (Kosik, p180). O elemen-

to constitutivo do trabalho é a objetividade, e o caráter objetivo do trabalho é expressão do homem como sujeito objetivo (criação objetiva/histórica) (Kosik, p185). Nas formulações de Kosik, as dimensões fenomênicas do trabalho e suas formas especificamente históricas; são tensionadas com a dimensão ontológica do trabalho apreendido como ação humana.

O problema contido na concepção marxiana é captar a especificidade do trabalho. O trabalho move-se enquanto agir humano no âmbito das necessidades. E as necessidades aqui significam o pressuposto necessário à existência, que mediada pela consciência busca pôr em movimento as alternativas possíveis para a produção da história do indivíduo como singularidade em tensão com a totalidade social (Lukács, 1981).

Disse que reafirmaria a importância da concepção marxiana e, a partir disto, estabeleceria vínculos estreitos com a temática da educação. Mas considero importante registrar, mesmo precariamente, tendências e possibilidades históricas do capital. Avalio que tal registro subsidiará o entendimento das relações entre trabalho, educação e novos paradigmas no mundo do capital.

A tendência fundamental do capital, analisada por Marx, e a de diminuir o trabalho necessário, é a de subtrair a qualidade da participação da capacidade do trabalho do homem empregado no processo produtivo. A subtração de qualidade da capacidade de trabalho incide na desqualificação do produtor direto pelo crescimento do trabalho objetivado, na substituição da ferramenta pela máquina, na subordinação da força de trabalho ao capital, ou ainda, pela subordinação do trabalho concreto ao trabalho abstrato.

Para Marx, a redução do trabalho necessário a um mínimo alarga o tempo de trabalho excedente, aumentando o valor do capital, a produção de mais-valia. Em contrapartida, submete enormes contingentes populacionais a uma existência desumana. Em suma, a tendência do capital no limite de suas possibilidades é tornar supérfluo o trabalho humano, é destruir (também no limite de suas possibilidades) a existência da classe trabalhadora.

Os limites destas possibilidades históricas de o capital efetivar suas tendências, articulam-se com o desenvolvimento de novos setores produtivos e com o avanço da aplicação técnica das ciências naturais ao processo de produção de mercadorias. Ou seja, articulam-se com o surgimento de novas ramificações das forças produtivas, que requerem a existência de um contingente populacional capaz de atender às demandas e às possíveis qualificações profissionais pertinentes a um novo setor da produção industrializada. E, mais, Marx explica que a tendência do capital de reduzir o trabalho necessário ao mínimo de sua possibilidade de existência histórica significa, para a burguesia, a diminuição dos custos com a produção (formação) dos próprios operários.

Em outras palavras, os limites imanentes ao capital concentram-se na contradição entre a diminuição do trabalho necessário e o valor de troca obtido sob a forma de salário pelos produtores diretos e, fundamentalmente, no processo antagônico através do qual o capital tende a maximizar e, em contrapartida, a minimizar o desenvolvimento das forças produtivas. A força produtiva fundamental, isto é, a classe trabalhadora, subordinada ao capital, engendra, nestas condições, uma relação histórica cujo limite

não se supera na escola, nem mesmo na escola vinculado ao trabalho. É o limite que absolutiza a cisão entre a capacidade da força de trabalho e as condições materiais de sua existência, isto é, que separa o trabalho objetivado (capital) no trabalho vivo (proletariado). Este limite reafirma a dupla dimensão da subordinação do trabalho ao Capital: o trabalho cria a riqueza alheia e sua própria miséria.

Reafirmo, assim, que as tendências e os limites imanentes do capital convergem para reacender, historicamente, seu princípio básico: a destruição das qualidades, das habilidades individuais, particulares, dos trabalhadores, dos produtores diretos da riqueza social, ou seja, a possibilidade, contraditória, de tornar o trabalho supérfluo, de destruir a classe trabalhadora.

Problematizando: diante das tendências e/ou possibilidades históricas do capital e, em consonância, com o pressuposto de que a base histórica para a emancipação do trabalho é o trabalho quais os aspectos que segundo os novos paradigmas convergem para a denominada sociedade do conhecimento? Considero que esta problematização requer o tratamento teórico das relações entre trabalho e educação na formação social capitalista, contemporânea.

As relações entre trabalho e educação na sociedade contemporânea

A atividade teórica voltada para a investigação e apropriação dos nexos processuais entre trabalho e educação, referencia-se, basicamente, na compreensão das mudanças da base técnica de uma produção voltada para o mercado e do discernimento das transformações sociais e/ou impactos na estrutura social (ocupacional) gerados em função da produção para o mercado e da validação ou não de programas, planos e/ou propostas inseridas no âmbito da qualificação para o trabalho (observe-se que parcela substancial da produção teórica, atual, converge para a apropriação da reestruturação produtiva como sujeito fundante desta dinâmica).

Neste contexto, delimitado a partir do século XVIII, com a revolução industrial, a educação institucionalizada no espaço escolar como instrumento socializador (através da disciplina e do convencimento) dos setores produtivamente majoritários converte-se, no ideário burguês, em meio de fomentar a educação para o trabalho.

Em seus desdobramentos a organicidade econômica da burguesia requer o aumento da produtividade e sua correspondente racionalização que se expressa no âmbito escolar, através de incentivos à especialização, à organização científica do trabalho, ao ensino profissionalizante. Este processo de racionalização das relações de trabalho (criação das escolas de administração, dos setores empresariais voltados para a seleção e alocação dos denominados recursos humanos, por exemplo) alastra-se para a política de relações humanas que objetivam a cooptação ou a integração progressiva dos trabalhadores ao capitalismo. E também move-se na direção do *tempo livre* da vida operária. Neste, busca fomentar a ilusão do consumo criando e impondo necessidades artificiais.

Os imperativos da sociedade capitalista contemporânea enfatizam a necessidade crescente de uma formação pluriprofissional marcada pela incorporação de conheci-

mento e da utilização de informação nos diversos setores produtivos. Assim, as mudanças organizacionais geradas neste processo de incorporação e ampliação de altas tecnologias de produção e informação têm incidência direta na demanda por recursos humanos e envolvem, conseqüentemente, o processo de formação e informação educacional.

Verifica-se que, para os setores da economia internacional, trata-se de recuperar a "inteligência de produção", afastando a monotonia, a repetição e o papel de apêndice exercido pelo trabalho, em relação à máquina, propugnado pelo taylorismo em suas diversas feições. Objetiva-se investir na busca de geração e difusão de tecnologias através de pesquisa. Interfere-se na estrutura profissional, modificando-a por intermédio da terceirização. Coloca-se na pauta do sistema produtivo a necessidade de maior escolaridade voltada para o estímulo das habilidades cognitivas em detrimento das habilidades manuais do trabalho. E isto acrescenta-se o estímulo ao desenvolvimento das denominadas qualidades comportamentais dos trabalhadores: responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho.

Este elenco de observações contribuem para formularmos alguns questionamentos: as mudanças para uma base técnica flexível e automatizada consolidam um impacto no conteúdo do trabalho, de tal modo que a qualificação torna-se essencialmente capacidade de abstração e de trabalho em equipe? No âmbito da sociedade do conhecimento, nos encontramos diante de um novo patamar de valorização humana do trabalhador? Há mudanças no processo de trabalho que ao torná-lo criativo, requerem do trabalhador, novas habilidades?

O processo de valorização humana do trabalhador, de enriquecimento de sua atividade básica, supera, por exemplo, a teoria do capital humano?

De que maneira articular, no interior da denominada sociedade do conhecimento, os conceitos constitutivos do seu campo educacional: qualidade total, formação abstrata, policognição, qualificação flexível e polivalente?

Não pretendo responder ao conjunto destas indagações. Nem ousaria absolutizar ou esgotar suas possíveis respostas. Mas considero de vital importância, tecer algumas considerações referente à sociedade do conhecimento na condição de um novo paradigma capaz de eliminar os conteúdos classistas e de poder político que envolvem o universo das relações entre trabalho e educação.

Se os argumentos apresentados em continuidade, não forem suficientemente consistentes, corro o perigo de sucumbir, apesar de assinalar, anteriormente, a especificidade do trabalho e as tendências e possibilidades históricas do capital.

A probabilidade de sobreviver aos encantamentos dos novos paradigmas, repercutirá numa indagação que considero essencial neste contexto: é possível propor e efetivar política e organicamente (hegemonicamente) o trabalho enquanto princípio educativo?

Repor este problema exige, como já afirmado, vasculhar os pressupostos, os limites históricos da paradigmática sociedade do conhecimento.

Início essa busca atendo-me aos conceitos de qualidade total e especialização (qualificação) flexível, presentes enquanto indicadores das transformações do mundo do trabalho e constitutivos do campo educacional da sociedade do conhecimento.

Shmitz, entre outros, defende a especialização flexível como “a fabricação de produtos variados com equipamentos de múltiplos propósitos e trabalhadores polivalentes”. A especialização flexível, projetada contemporaneamente como “novo paradigma para a produção industrial” (1997, p.81), corresponde, segundo seus estudiosos (Piore, Sabel, Kaplinsky), à superação dos impasses colocados pelo sistema internacional de produção em massa nos anos 70.

Por sua vez, a denominada qualidade total, pauta sua intervenção no processo produtivo no âmbito da administração – alastrando-se posteriormente, para todos os setores da empresa –, reivindicando a potencialização máxima do emprego. Ou seja, o objetivo é “ajudar as pessoas a trabalhar de modo mais inteligente e não a trabalhar mais”. (Laranjeira, 1997, p. 183, apud Deming) Os princípios norteadores da qualidade total recaem sobre atitudes e valores que apelam “à legitimidade, cooperação, harmonia, comportamento, confiança, alinhamento e convergência de ações” (Laranjeira, p. 184). Busca-se a alimentar a identificação: trabalhador – empresa. E, no elenco de princípios que configuram o perfil desta identidade, a valorização do trabalho vincula-se à necessidade de instituição de um programa de educação e auto-aprimoramento. Assim, a dimensão do trabalho em todas as instâncias da empresa é avaliada enquanto processo de formação de novos valores capazes de transcender os limites da empresa e fixarem-se como referência ética. A eticidade proposta e incorporada objetiva desencadear ações e comportamentos voltados para beneficiar o conjunto da sociedade, cuja razão-de-ser vital denomina-se cliente.

A especialização flexível e a denominada qualidade total traduzem procedimentos historicamente incorporados, alimentados e generalizados (nos limites da divisão internacional do trabalho) pelo capital. Isto significa que as mudanças indicadoras de novo paradigmas alimentam a possibilidade de conversão do trabalho em supervisor e regulador do processo de produção e introduzem mudanças quantitativas e qualitativas nos países industrializados da Europa Ocidental. Por exemplo: os trabalhadores na indústria, representam 40% da população ativa anos 40; 30% da população ativa nos anos 90; 20 a 25% da população ativa no século 21. E isto num planeta que apresenta, segundo a ONU, 1,3 bilhão de pessoas vivendo abaixo do nível da pobreza; 800 milhões sofrendo má nutrição; 900 milhões sem receberem educação alguma.

O contexto que vivenciamos constitui-se do impacto tecnológico nos setores produtivos e de serviços; no processo de qualificação e desqualificação do trabalho; micro-eletrônica, qualidade total; especialização flexível; sociedade do conhecimento; pós-fordismo; globalização. Estes processos são cotidianamente veiculados na qualidade de irreversíveis, inexoráveis, isto é, progressivamente nos invadem com o propósito de alimentar duas ilusões: a de que são naturais; e a de que vivemos num mundo sem antagonismos, um mundo, como afirma o personagem do filme *O quinto elemento*, onde o tempo não importa, o que importa é a vida. E a vida, meus caros, apresenta-se regulada pelo mercado, privatizada em seu conhecimento; isolada em sua sociabilidade, sem poder de criação, sem instrumentos de negação, sem projetos .

Sim, mas temos os paradigmas, os novos paradigmas, estes seres capazes de diluir e superar nossos problemas. Mas de que materialidade são constituídos? E quais os sinais que representam sua consciência?

Para desmistificar estes seres e extrair-lhes o sentido histórico de sua existência, temos que retornar ao cenário da história e, desvendando os véus que dificultam nossa compreensão, reencontrar os sujeitos fundamentais desta trama: capital – trabalho.

Retomo a hipótese de Marx de que “o desenvolvimento do comércio exterior, a existência de um mercado mundial, são condições inerentes ao desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, desde a sua origem” (Cogiolla: 1997). Isto significa que a denominada globalização encerra a sobrevivência do Capital como expressão da internacionalização competitiva e contraditória dos mercados nacionais, na busca da hegemonia internacional (Estados Unidos, Europa, Japão), e isto num contexto de internacionalização do capital produtivo sob a égide do capital financeiro (Chesnaïs, apud Cogiola).

E o mundo do trabalho? Neste processo de acirramento da luta pela hegemonia do mercado capitalista, as classes trabalhadoras têm enfrentado a progressiva perda de seus e o enfraquecimento de sua organicidade política como meio de enfrentamento com o capital. Transitamos, pois, de uma sociedade do trabalho com direitos sociais (estado de bem-estar social) para uma sociedade de precarização do trabalho e ruptura do contratualismo: flexibilização, desregulamentação e privatização das políticas sociais.

Os novos paradigmas associados ao trabalho constituem as metamorfoses do capital na busca de “subordinação estrutural do trabalho”. Afirma Meszáros (1995, p.185): “A subordinação do trabalho não é uma exclusividade do sistema capitalista, mas sim o fator crucial para a dominação do capital em qualquer uma de suas formas conhecidas e imagináveis”.

As denominadas inovações gerências, reengenharia, etc. no mundo do trabalho buscam alargar a possibilidade de disciplinar a força de trabalho no mundo da empresa, apropriando-se das qualidades psico-afetivas e submetendo-as ao poder totalitário do mercado (desemprego estrutural, subemprego, terceirização).

O problema da emancipação do trabalho persiste, pois o trabalho continua transferido pelo Capital em mercadorias e em processo alienado e alienante. E, ao afirmar isto, posiciono-me de maneira desencantada, em relação aos paradigmas, em suma, tento destruir a possível magia que coisifica a consciência histórica dos que vivem do seu trabalho.

Tornei a sinalizar com o problema da consciência. Aqui atendo-me a afirmar que a expressão ideológica, enraizada no Estado e que se internacionaliza em várias matizes universalizando os interesses do capital é o neoliberalismo.

Educação e Neoliberalismo

A seguir, busco estabelecer algumas relações entre neoliberalismo e educação. O neoliberalismo, assim como sua matriz histórica o liberalismo é a expressão político-ideológica dos embates classistas entre capital e trabalho. portanto, constitui uma visão de mundo que busca epistemológica, ontológica e eticamente tornar-se consenso ou (convencimento), isto é, hegemônica.

A decantada política neoliberal ampara-se em prática política nitidamente conservadora, mas também naqueles que, especificamente, no Brasil, afirmam-se representantes da oposição. Uma das funções desta oposição é apresentar os *males sociais* desta época não como resultado da exploração capitalista, mas de uma variante particular da mesma. Conseqüentemente, tais males poderiam ser evitados como a mudança de política ou de modelo, sem alterar as bases de dominação geral do capital (Rieznik, p. 88).

Em outras palavras, novos paradigmas e neoliberalismo são faces de um processo no qual o capital subordina, destruindo e/ou renovando suas formas de dominação e exploração do trabalho. Ou, em outros termos, aqueles e este constituem a expressão fenomênica de uma relação estrutural historicamente objetivada a partir dos processos de extração pelo Capital da riqueza socialmente produzida pelo trabalho.

Neste contexto, a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe basicamente três objetivos:

- atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo de mercado ou às necessidades de livre iniciativas;
- fazer da escola um meio de transmissão de seus princípios doutrinários adequando-a aos propósitos ideológicos dominantes;
- fazer da escola um mercado subordinado às ofertas da indústria cultural e da informática. Neste mercado o aluno é o cliente e o ensino deve traduzir a qualidade total em contrapartida de um mercado de um mercado extremamente competitivo.

Agir como educadores neste universo significa discernir a dupla servidão da educação na formação social capitalista. Ou seja, a educação ora é reconhecida como mediadora da formação humana plena, a cidadania, ora apreendida na função de encobrir os antagonismos sociais imanentes à sociedade capitalista. Esta ambigüidade alastra-se se observarmos a educação como elemento de formação e incorporação de produtores para o mercado de trabalho, ou como elemento de exclusão dos produtores de mercado de trabalho. Neste contexto, as reformas educacionais promovidas pelo Estado, assentam-se no binômio: competência-empregabilidade. Ou, ainda, no processo que transforma o indivíduo em sujeito único e exclusivo do seu sucesso ou fracasso escolar. E, no cinismo que assinala a competência (entenda-se: escolaridade), como o seguro-desemprego.

Problematizo esta observação formulando a seguinte questão: quais os limites históricos da educação como fator de estímulo e/ou entrave à construção da cidadania?

E busco possível resposta nos escritos de Marx; em virtude de seu posicionamento em relação aos limites históricos da emancipação política e, conseqüentemente, aos direitos humanos, que traduzem o itinerário político da burguesia pré e pós-revolucionária. Assim, trata-se de resgatar a crítica de Marx (1987) à proposta de emancipação política consolidada pelos setores da burguesia européia (século XIX), como expressão universal de seus interesses particulares, classistas.

Analisando a sociedade européia, particularmente a Alemanha, Marx apreende duas perspectivas de transformação histórica da sociedade germânica, no século passado. Para ele, a sociedade alemã produz, historicamente, a perspectiva da revolução

política, que nem abole nem supera as relações sociais fundamentais (capital – trabalho assalariado), mas assegura a consolidação da dominação burguesa. A outra possibilidade concentra-se na mobilização, organização e intervenção política do sujeito socialmente antagônico à burguesia, ou seja, no proletariado alemão. Este desdobramento da luta de classes representaria a transformação radical nas relações sociais capitalistas, a formação de uma sociedade sem classes e, fundamentalmente, a emancipação de humanidade.

Partindo dessas perspectivas discernidas por Marx, reconheço na concepção marxiana a presença de um problema histórico fundamental: o da contraditoriedade e dos limites da tensão entre a emancipação política e a emancipação humana, além da inexistência do homem enquanto ser dicotomizado em produtor (economia) e cidadão (política).

Considero que o problema imanente aos contornos da denominada questão democrática, no contexto da sociedade burguesa, traduz a busca pelas classes trabalhadoras de apropriação aos meios de construção e consolidação da cidadania. E, em contrapartida, reflete o impasse histórico engendrado na construção e consolidação da cidadania, nem sempre apreendida como veiculação universal de interesses historicamente particulares, classistas, burgueses.

Marx (1987) analisa as possibilidades históricas da humanidade se emancipar de suas condições de existência, transformando e abolindo as relações sociais fundadas na produção, acumulação e reprodução do capital e os limites da emancipação política promovida pela burguesia alemã. Em sua análise contrapõe-se à solução discernida por Bauer, para os setores sociais judaicos, na Alemanha. A proposta apresentada por Bauer (Marx, 1987) defende o abandono do judaísmo por parte dos judeus e que o homem em geral abandone a religião para emancipar-se enquanto cidadão. Para Marx (1987), é necessário investigar e responder de que processo, ou de quais condições históricas, os homens buscam emancipar-se. Enfim, cabe indagar a que espécie de emancipação se aspira. Essa indagação requer a apreensão das mediações entre a emancipação política e a emancipação humana geral. De acordo com Marx, a proposta de Bauer professa, insisto, a emancipação política convertida e assumida enquanto emancipação humana em geral. Isto porque elevar os judeus à condição de cidadãos, ou ainda permitir-lhes a liberdade de crença religiosa, entendendo-a para o conjunto da sociedade alemã, significa que os homens permaneçam sob o domínio do Estado e dos deuses. Assim, o Estado reconhece os direitos do homem à cidadania: direito à liberdade de crença, direito ao sufrágio, direito ao trabalho, direito à educação. Porém, estes direitos denominados humanos – em cujo universo os homens reconhecem-se enquanto cidadãos –, articulam a estratégia de preservar, naturalizar e perpetuar as relações sociais fundamentais ao modo de produzir a vida fundado no capital.

O limite da emancipação política revela o limite das classes trabalhadoras de destruírem todas as formas historicamente criadas de subordinação ao Capital.

A formação, o debate e implementação de um projeto político direcionado pelas classes trabalhadoras, visando a ruptura das relações sociais de alienação e apropriação privada da riqueza socialmente produzida exige: discernir, refletir e intervir na dicotomização público – privado, processo de uma mesma raiz (a dominação de clas-

ses), apreender e avançar (utilizando-os para além dos limites da emancipação política), arrancar as máscaras da esfera pública e transformá-la em espaço de embate político, denunciando e convertendo os interesses supostamente universais e interesses de classe, suplantando o poder do capital pelo poder do trabalho.

Nesse contexto a prática pedagógica contribuiria enquanto mediadora do processo de apropriação da historicidade das relações sociais capitalistas, em sua gênese em seus desdobramentos. Vasculharia a apreensão dos processos de conservação das relações de dominação, exploração e alienação veiculados, articulados e instituídos pela educação burguesa. Contribuiria, enfim, enquanto pedagogia histórico- crítica, para a produção de relações que transformem e superem as relações de produção capitalistas.

Retornando às considerações iniciais, observaria que se no Brasil a cidadania é insuficiente (aqui, contraponho-me ao argumento de Buffa de que no Brasil não há cidadania) para comportar o debate e prática que supere seus limites, isto não significa transferir para a realidade um estado ideal, ou talvez a consumação de um estado de direito. Pois há cidadania precária e trata-se de alargar sua presença demarcando sua ambigüidade em insuficiência histórica através da luta política em todos os seus níveis. Desconsidero que plenitude humana seja sinônimo de homem cidadão, embora considere possível que a cidadania levada às últimas conseqüências contribua para a desalienação do ser homem-operário-trabalhador e revigore a perspectiva de construção de uma sociedade plena em e de humanidade.

Avalio como relevante a desmistificação da educação como via única e exclusiva da construção da cidadania, e isto porque o núcleo não da cidadania, nem da democracia, mas da liberdade, da emancipação humana da sociedade capitalista, expressa-se nas possibilidades criadas no enfrentamento histórico das classes sociais fundamentais. Entre os que vivem de seu próprio trabalho e os que vivem da exploração daqueles. Enfim, temos que recomeçar, ou talvez prosseguir...

REFERÊNCIAS

- BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. São Paulo: Cortez, 1993.
- COGIOLA, O. (org.) **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1993.
- FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, G. Trabalho. In: _____. **Ontologia do ser social**. Roma: Riuniti, 1981.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. Lisboa: Editora 70, 1993.
- _____. **A questão judaica**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.